

A DIREITA RADICAL BRASILEIRA NO SÉCULO XX: DO MONARQUISMO E DAS LIGAS NACIONALISTAS AO FASCISMO E À DITADURA MILITAR (1889-2011)

The Brazilian radical right in the twentieth century: from Monarchism and Nationalists Leagues to Fascism and the military dictatorship (1889-2011)

João Fábio BERTONHA¹
Universidade Estadual de Campinas
fabiobertonha@hotmail.com

Fecha de recepción: 3 de febrero; revisión: 16 de mayo; aceptación definitiva: 23 de octubre

RESUMO: O objetivo desse paper é apresentar uma panorama geral da história da direita radical brasileira desde o seu surgimento, no final do século XIX, até o momento presente. As ênfases do texto serão o integralismo (a versão brasileira do fascismo) e o período entre as duas guerras mundiais, mas será feito também um recuo temporal desde o início da República, em 1889, e um avanço para abordar também o período entre 1945 e hoje. A presença das idéias e das práticas fascistas europeias no Brasil, as trocas com o integralismo e as continuidades e mudanças no decorrer desse século serão especialmente enfatizadas.

Palavras chave: direita radical, Brasil, fascismo, integralismo.

1. Doutor em História Social/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com pós-doutorado pela Università di Roma (La Sapienza); Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá/PR (Brasil) e pesquisador do CNPq. E-mail: fabiobertonha@hotmail.com.

ABSTRACT: The main objective of this paper is to present an overview of the history of Brazilian radical right since its emergence in the late nineteenth century until the present. The emphases of the text will be the integralism (the Brazilian version of fascism) and the period between the two world wars, but it will also address the periods before 1932 and after 1945. The presence of ideas and practices of European fascisms in Brazil, their presence within the integralism and the continuities and changes in the course of this century will be specially emphasized.

Keywords: radical right, Brazil, fascism, integralism.

1. INTRODUÇÃO

O fim do mundo comunista e o emergir da assim chamada pós-modernidade provocaram um terremoto na prática e no pensamento político deste início de milênio. A dicotomia esquerda vs. direita não podia ficar, obviamente, imune a este momento de questionamentos e um número expressivo de trabalhos tem aparecido na tentativa de demonstrar a sua superação² ou, pelo contrário, a sua permanência no mundo que emerge das ruínas do muro de Berlim³.

O trabalho de Bobbio é especialmente interessante. Ele ressalta que dar como superada a oposição direita vs. esquerda seria classificar a sociedade de hoje num parâmetro especial e totalmente irreal e que não só a dicotomia continua um instrumento político válido, como que o critério básico para distinguir a direita da esquerda é a questão da igualdade e sua valorização. A esquerda teria sido sempre aquela mais voltada à promoção da igualdade, enquanto a direita seria a defensora da hierarquia e da desigualdade. Seria através de outra dicotomia (moderação/radicalismo) que o pensamento da direita e o da esquerda se aproximaria, mas sempre separados pelo divisor de águas chave da igualdade.

Não é esse certamente o lugar para uma longa discussão teórica sobre esses autores e suas idéias⁴. O que me parece evidente, porém, é que dificilmente poderemos compreender as diferenças entre a esquerda e a direita e a validade da dicotomia como base do pensamento político contemporâneo se pensarmos em categorias formais e abstratas e que não levam em conta a mobilidade temporal que esses próprios conceitos tiveram no decorrer dos últimos duzentos anos.

O presente texto leva em conta esses referenciais teóricos (especialmente o de Bobbio) numa tentativa de definir e entender a formatação e o desenvolvimento de uma direita radical no Brasil desde finais do século XIX até o

2. FUKUYAMA, Francis: *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992; GIDDENS, Anthony: *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

3. DUMONT, L: *Homo hierarchicus. Il sistema delle caste e le sue implicazioni*. Milano: Adelphi, 1991 e BOBBIO, Norberto: *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

4. Para um trabalho nesse sentido, ver SANTAMBROGIO, Ambrogio: *Destra e sinistra – Un'analisi sociologica*. Bari: Laterza, 1998, e REVELLI, Marco: *Le Due Destre*. Milano: Bollati Boringhieri, 1996.

momento presente. A ênfase do artigo será o momento em que a direita radical adquiriu mais popularidade mundial e nacionalmente (os anos 30 do século XX), mas os períodos anterior e posterior aos anos 30 também serão abordados, ainda que lateralmente, de forma a fazer o contraponto com o seu momento de maior visibilidade.

Ainda nesse sentido, cumpre ressaltar que trabalharei, no decorrer do presente texto, com a direita radical⁵ brasileira como um todo, mas que a ênfase cairá especialmente na Ação Integralista Brasileira (AIB), a versão brasileira do fascismo, fundada em 1932 e formalmente dissolvida pelo governo federal brasileiro em 1938. Esse grupo terá que ser, obrigatoriamente, o foco da nossa discussão, tanto pelo fato de ele ter sido, de longe, o mais bem sucedido dos vários grupos da «direita radical» brasileira, como pela sua longevidade, já que seus herdeiros e admiradores continuaram atuantes na política brasileira por várias décadas depois do seu fechamento formal e ainda hoje.

Darei especial ênfase, igualmente, à presença das idéias e das práticas fascistas européias no Brasil e às ligações dessas com os movimentos nacionais, assim como às continuidades e mudanças da direita radical brasileira no decorrer do século XX. Comparações com grupos outros da América Latina e da Europa também serão feitas, ainda que de forma limitada, para situar o caso brasileiro dentro do mundo ocidental.

2. A DIREITA RADICAL BRASILEIRA ANTES DE 1932: MONARQUISTAS, REACIONÁRIOS E OS PRIMEIROS FASCISTAS

Como é mais do que conhecido, a dicotomia esquerda/direita nasceu, na Europa, a partir da Revolução Francesa de 1789. Isso tanto semanticamente (ao refletir a disposição ocasional dos membros da Assembléia Nacional Francesa à direita e à esquerda do presidente da Assembléia), como visto no mundo real, a partir da ruptura da modernidade. Não por acaso, a primeira direita é justamente a reação de monarquistas, católicos, tradicionalistas e contra-revolucionários contra as idéias republicanas, anticlericais e progressistas da Revolução. Estão em

5. Por «direita radical» ou «extrema direita», entendo um grupo particular dentro do campo da direita que não se contenta com a manutenção da ordem social como os conservadores e nem restaurar um passado mítico como os reacionários, mas visa, ao menos em teoria, criar algo novo a partir das premissas centrais do universo da direita, destruindo a democracia liberal. Nesse sentido, considero os fascistas como membros da direita radical, mas que essa não se limita a eles.

O termo, com certeza, é vago e aberto a questionamentos, mas me parece útil para conduzir uma discussão que fale da extrema direita sem se focar única e exclusivamente no fascismo. Para o debate sobre a conceituação das várias «direitas» ver um bom resumo em DEUTSCH, Sandra McGee: *Las Derechas – The extreme right in Argentina, Brazil and Chile, 1890-1939*. Stanford (Califórnia): Stanford University Press, 1999.

choque família, autoridade, ordem e tradição contra confiança no homem, racionalidade, igualdade, razão e liberdade⁶.

Além desses tradicionalistas interessados em recuperar o *Ancièn Regime* e a tradição, como o inglês Burke, temos outros pensadores, como Joseph de Maistre, que não se limitaram a clamar o retorno ao passado, mas elaboraram toda uma teoria social antiiluminista e de criação de uma ordem política e social ainda mais fechada do que no passado para evitar justamente quaisquer riscos a ela. Nascia a direita reacionária.

Essa cultura antiliberal e anti-contratual se desenvolveu na primeira metade do XIX, criticando a sociedade industrial, a perda dos valores tradicionais, a crescente ebulição das massas, a democracia e o pensamento laico. A revolução de 1848, a comuna de 1870 e a lenta incorporação do marxismo ao corpo da esquerda agitaram esse pensamento, que passou a se definir, em grande parte, pela questão do socialismo e do capitalismo. A direita (ou as direitas, que incluíam os conservadores ingleses, os Junkers prussianos e outros) se tornou menos saudosista e mais adaptada ao mundo burguês.

A radicalização política do pós Primeira Guerra Mundial levou ao surgimento das ligas nacionalistas e, posteriormente, dos movimentos fascistas, com novos elementos sendo incorporados ao corpo da direita e onde, em vez da volta a um passado glorioso, se propunha uma revolução, uma «marcha para frente», gerando um mundo onde os valores caros à direita seriam preservados, mas num «corpus» ainda mais ligado à modernidade. As várias direitas (reacionários, conservadores, católicos de direita, nacionalistas) não se unificaram em torno dos fascistas e nem esses foram homogêneos, mas a «direita revolucionária» fascista conseguiu dominar o campo da direita radical (e, em alguns países, da própria direita como um todo) até o fim da Segunda Guerra Mundial.

O fim da guerra obrigou a direita a reelaborar os seus conceitos em direção ao anticomunismo, ao ataque à URSS, à rejeição da diversidade e do individualismo, etc. A direita, em suas mais diferentes formas e momentos (conservadores ingleses, republicanos americanos, católicos tradicionalistas, etc.), se adaptou à Guerra Fria e procurou, não sem contradições e conflitos, continuar atuando na política ocidental. A direita radical perdeu expressividade, mas continuou latente em diversos países do mundo ocidental.

O fim do bloco soviético abalou novamente a dicotomia esquerda/esquerda, como já observado, especialmente para quem a definia em torno do posicionamento relativo à URSS e ao Estado. A direita radical de inspiração fascista se fortaleceu através do *leitmotiv* da imigração e da perda de homogeneidade étnica em vários países e a direita mais tradicional continua fragmentada em conservadores, neoconservadores, católicos tradicionais, etc. A nova face da direita, porém, é o neoliberalismo, que vê o mercado como a resposta para todos os problemas

6. Grande parte do que se segue foi baseado em PROSPERO, Michele: *Il Pensiero Politico della Destra*. Roma: Newton Compton, 1996.

humanos e cujo desafio faz do mercado o grande definidor de águas entre esquerda e direita no mundo atual.

No caso brasileiro, é uma questão problemática saber se podemos usar a dicotomia esquerda/direita na política do Império Brasileiro (1822-1889), por exemplo. De fato, apesar das diferenças entre republicanos, liberais e conservadores indicarem que não existia um pensamento único e de sinais de que tópicos do debate europeu (sobre a herança de 1789 e do iluminismo, sobre o anticlericalismo, etc.) chegavam ao país e indicavam divisões políticas⁷, parece difícil acreditar que possamos usar o termo «direita» (no sentido europeu da época) para nos referirmos, por exemplo, aos conservadores. No máximo, isso poderia ser aceitável com imensas ressalvas e poréns.

O início do período republicano e o acentuar-se da modernidade levou a política nacional ao «rompimento» identificado por Santambrogio em 1789 na Europa e a aproximado um pouco mais do padrão europeu. Surgem os primeiros partidos realmente operários e de esquerda⁸ e movimentos já bastante próximos ao modelo da direita radical européia do período.

Nesse período da chamada República Velha (1889-1930), na realidade, várias correntes de pensamento e inúmeros autores criticavam o capitalismo liberal, o operariado estrangeiro e defendiam o Estado forte e a reorganização nacional. Entre eles, podemos destacar os militares jacobinos, os positivistas e autores como Eduardo Prado e Alberto Torres. As perspectivas desses grupos dificilmente poderiam ser colocadas como homogêneas tanto em relação uns com os outros, quanto em relação à direita radical européia. No entanto, forneceram idéias e argumentos para a reelaboração da direita no período posterior.

Nesse sentido, talvez os grupos mais próximos do padrão europeu tenham sido os grupos monarquistas restauradores que atuaram em sentido anti-republicano no início da República Velha. Tais grupos faziam, de fato, críticas à República que se aproximavam notavelmente daquelas da direita radical européia do período: o fim da Monarquia como o fim da unidade moral da Nação, a separação Igreja/Estado destruindo a harmonia que a união da religião com a Monarquia dava ao país, etc.

Traços anti-semitas, de ultracatolicismo e de crítica ao grande capital também não eram incomuns, assim como as referências ao debate europeu do período, o que revela as conexões entre esse filão da direita nacional e o europeu. Traços particulares da direita nacional — como o combate ao militarismo — estavam, contudo, também presentes, o que revela como ela estava perfeitamente adaptada e integrada ao contexto nacional⁹.

Ainda assim, frente à eficácia da estratégia das elites e da direita conservadora em combinar a lógica e o discurso liberal e a práxis autoritária para resolver os

7. CARVALHO, José Murilo de: *A Construção da Ordem – A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

8. PANSARDI, Marcus Vinícius: *Republicanos e Operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889-1903)*. Dissertação de Mestrado (Ciência Política): Unicamp, 1993.

9. JANOTTI, Maria de Lourdes: *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

problemas sociais e políticos e preservar o *statu quo*¹⁰, a direita radical não teve grandes espaços para se desenvolver durante a República Velha. Foi só na década de 1910 e, especialmente, no período da Primeira Guerra Mundial que o espaço de discussão da direita radical se expandiu, com a criação de várias associações e ligas nacionalistas para enfrentar a agitação operária e repensar o Estado e a nacionalidade brasileira.

A primeira dessas associações foi a *Liga de Defesa Nacional*, fundada em 1916. Outro grupo nacionalista, a *Liga Nacionalista*, surgiu em São Paulo, também em 1916, e outro se desenvolveu no Rio de Janeiro ao redor da revista *Brazileia*. Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a diminuição da agitação operária, a maior parte desses grupos se dissolveu, mas, ainda em 1920, seus remanescentes se fundiram e criaram a *Ação Social Nacionalista*, que durou até 1924.

Esses e outros grupos (alguns mais próximos do conservadorismo, outros da direita radical) apresentavam receitas diferentes (serviço militar e autoritarismo ou educação e participação eleitoral das massas) para renovar o Brasil. Estavam próximos, contudo, no seu ardor nacionalista, na sua busca de uma nova elite nacional e no seu desejo de superar os conflitos sociais. Representavam maneiras diferentes, assim, de expressar e equacionar o mesmo problema: como adequar o Brasil aos desafios do século xx, que se tornaram evidentes quando da guerra mundial.

A partir daí, vários dos antigos membros dessas ligas radicalizaram a sua caminhada para a direita (não necessariamente fascista) e começaram a escrever em revistas como *Hierarchia*, *Gil Blas* ou a *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais*, importantes no cenário intelectual da década de 20 e início da de 30.

Determinar exatamente como e em que contexto os homens que pertenceram a essas ligas e grupos influenciaram o integralismo e outros movimentos posteriores, contudo, ainda é algo a ser feito, numa análise genealógica que seria fundamental para perceber os pontos de continuidade e ruptura entre os vários momentos da história da direita radical brasileira. Infelizmente, até onde sei, apenas Sandra Deutsch, em seu seminal livro de 1999, começou a dar conta dessa tarefa de busca de conexões entre os vários períodos, mas a adição de novos pesquisadores ao esforço seria bem vinda.

De qualquer forma, após o fim da experiências das ligas, surgiu um novo contexto favorável à expansão da direita, tanto a conservadora como a radical, dada a crescente inserção do país na modernidade capitalista na década de 20, a conseqüente agitação política e intelectual, a fundação do *Partido Comunista Brasileiro* em 1922, etc. Começou então a reestruturação e a maturação desta direita radical, com a criação do *Centro Dom Vidal*, da revista *A Ordem* de Jackson de Figueiredo (todos ligados à Igreja Católica) e de outros grupos claramente na extrema direita do espectro político. Ainda que sem o poder e a organização dos nacionalistas argentinos ou das ligas francesas dos anos 20, por exemplo, a

10. TRINDADE, Héliqio: «La construcción del Estado Nacional en Argentina y Brasil (1810-1990)», *Revista Mexicana de Sociología*, 47 (1), 1986, pp. 137-166, e DREYFUS, Renè: *O Jogo da Direita*. São Paulo: Vozes, 1986.

direita radical brasileira começou, de qualquer forma, a se organizar e a se auto-definir melhor nesse período¹¹.

De acordo com Bolívar Lamounier¹², essa direita ainda circunscrevia suas propostas dentro de uma perspectiva autoritária, sem os ingredientes básicos da ideologia fascista. Que o fascismo já começava a cativá-la, porém, é algo perceptível quando estudamos movimentos como a *Legião Cruzeiro do Sul*, o *Partido Nacional Sindicalista*, o *Partido Fascista Brasileiro* e outros surgidos nos anos 20 e de clara inspiração fascista.

Esses grupos, de qualquer forma, foram minúsculos e desapareceram logo a seguir, sendo evidente que o principal foco difusor do fascismo no Brasil nessa década foram as coletividades italianas instaladas no Brasil, cuja atuação estudei em inúmeros textos¹³.

No início dos anos 30, uma nova «onda» de pequenos movimentos fascistas surgiram no Brasil. Dentre esses, podemos mencionar o *Partido Nacional Sindicalista*, de Olbiano de Mello, o *Partido Fascista Brasileiro* e o *Partido Nacional Fascista-Ação Social Brasileira* os quais apareceram por volta de 1930-31 e parecem ter confluído na Ação Integralista.

Outros movimentos que absorveram aspectos do pensamento e da prática política fascistas foram os vários Clubes e Legiões Revolucionárias que surgiram logo depois da Revolução de 30, a qual levou Getúlio Vargas ao poder. Segundo as informações disponíveis¹⁴, essas legiões e clubes proliferaram pelo Brasil entre 1930 e 1932 e várias chegaram perto do padrão fascista.

Em Minas Gerais, por exemplo, a Legião, liderada por Francisco Campos e Gustavo Capanema, se aproximou quase completamente de um ideal fascista, incluindo a estética e o uso do esquadrismo. Segundo a imprensa da época, eles teriam pensado inclusive em promover uma «Marcha sobre Belo Horizonte», nos moldes da de Roma. Utilizavam estandartes e hinos semelhantes aos fascistas e apelavam à violência, dispersando a força, por exemplo, comícios do oficialista *Partido Republicano Mineiro*¹⁵.

11. TRINDADE, Héglio: *Integralismo – O fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

12. LAMOUNIER, Bolívar: «Formação de um pensamento político autoritário na primeira República». In: FAUSTO, Bóris: *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

13. BERTONHA, João Fábio: *Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*. São Paulo: Annablume, 1999; *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001; *Sobre a direita – estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá: Eduem, 2008.

14. BROXON, Elmer: *Plínio Salgado and the Brazilian Integralism, 1932-1938*. Tese de Doutorado (História). The Catholic University of America, 1972, pp. 37-41; DRUMOND, José Augusto: *O movimento tenentista: a intervenção política dos jovens oficiais (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pp. 216-218; CONNIF, Michael L.: «Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30». In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima: *Os militares e a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 131-162 e FLYNN, Peter: «A Legião Revolucionária e a Revolução De 30». In: *idem*, pp. 79-130.

15. SCHWARTZMAN, Simon: *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: EDUSP, 1984.

Esses grupos, contudo, com raras exceções (como a *Legião Cearense do Trabalho*, do Ceará), não foram adiante e logo se dissolveram. Foi apenas em 1932 que surgiu, finalmente, o principal grupo de direita radical e fascista do Brasil, o qual absorveu a maioria dos antigos militantes e grupos e que atingiu um grau de sucesso inimaginável para seus predecessores: a *Ação Integralista Brasileira* (AIB), fundada em São Paulo em 1932 pelo jornalista Plínio Salgado (1895-1975).

3. O FASCISMO NO BRASIL E A LUTA PELO PODER: A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

Se formos pensar em termos de fascismo organizado, o país mais próximo do fascismo na década de 30, em termos latino-americanos seria, provavelmente, o Brasil. As numerosas coletividades alemãs e italianas não tinham aderido formalmente ao fascismo de seus países de origem (se alistando em massa nos *fasci all'estero* e na *NDSAP-Auslandorganisation*, mas um sentimento genérico e consistente de apoio estava presente¹⁶. O regime implantado pelo governo do presidente Vargas entre 1937 e 1945, o *Estado Novo*, com certeza não era fascista (sendo mais uma ditadura conservadora com tons modernizantes), mas vários de seus membros simpatizavam com Hitler e, ainda mais, com Mussolini e Salazar. Não obstante, o principal fator que sustenta esta afirmação é a existência da *Ação Integralista Brasileira*, o maior partido fascista surgido fora da Europa.

Há uma discussão imensa na historiografia brasileira sobre o caráter do movimento e se a classificação «fascista» seria adequada para ele¹⁷. A visão predominante, contudo, que compartilho, é a de que a AIB era seguramente, por suas características, bases sociais, vinculações ideológicas e internacionais, etc., um movimento fascista.

Importante ressaltar que, apesar dos vínculos dos integralistas com o fascismo internacional (menos com o nazismo, e mais com o fascismo italiano e os movimentos fascistas e de direita de Portugal e Espanha) e da influência ideológica do fascismo de Mussolini e também dos movimentos fascistas portugueses¹⁸, ele não foi de forma alguma algo mimético, importado e sem significado na realidade nacional. Pelo contrário, ele atraiu filhos de imigrantes (especialmente italianos e alemães), negros, parte das classes médias urbanas,

16. Ver meus livros, citados, para o caso italiano. Para o caso alemão, ver, entre muitos outros, GERTZ, René: *O fascismo no Sul do Brasil - Germanismo, Nazismo, Integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; ATHAIDES, Rafael: *O Partido Nazista no Paraná (1933-1942)*. Maringá: Eduem, 2011, e DIETRICH, Ana Maria: *Caça às Suásticas, O Partido Nazista em São Paulo*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2007.

17. Para um panorama da historiografia sobre o movimento, ver os meus *Bibliografia orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)*. Jaboticabal: Funep (Unesp), 2010, e *Integralismo: questões, problemas e perspectivas historiográficas*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2012 (no prelo).

18. Ver meus trabalhos já citados e também «Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1975)», *Análise Social (Portugal)*, 46, 198, 2011, pp. 65-87.

intelectuais e também alguns operários. O número exato dos seus militantes é desconhecido, mas se aproximava das centenas de milhares de adeptos, o que indica a sua inserção no cenário nacional.

O movimento, além disso, esteve perto de atingir o poder no Brasil, tendo participado do golpe de Getúlio Vargas que criou o *Estado Novo* em 1937. Sua força foi insuficiente, porém, para assumir o poder num país onde a direita conservadora (especialmente a Igreja, os militares e as elites políticas e econômicas) manteve o controle do governo. Ao final, o movimento foi expelido do bloco governista e, após tentar um golpe de Estado em 1938, foi formalmente eliminado por Vargas, tendo seu líder, Plínio Salgado, se refugiado em Portugal.

Uma boa maneira de compreender a gênese do integralismo e verificar a sua filiação fascista é compará-lo com outros grupos da direita radical em ação no Brasil do período e também com o próprio *Estado Novo*. Com relação ao primeiro grupo, o caso mais emblemático é o dos patrianovistas. Próximos do Integralismo lusitano e da *Action Française*, eles defendiam não um simples retorno do rei e da realeza, mas uma monarquia corporativa, católica e autoritária, que iria resgatar a nação dos riscos da desagregação social, do liberalismo e do comunismo.

Eles compartilhavam com o integralismo o mesmo diagnóstico sobre os problemas nacionais e parte das soluções, o que permitia aos dois movimentos conviverem. No entanto, a perspectiva moderna do integralismo, sua relutância em assumir o catolicismo conservador radical dos patrianovistas e a sua defesa da República não facilitavam, aos patrianovistas, uma possível unificação entre os dois grupos¹⁹. Ambos na direita radical, mas com perspectivas diferentes.

Com relação ao *Estado Novo* e sua relação com o integralismo, é visível como, no conflito de forças que opôs integralismo e varguismo, Vargas conseguiu canalizar para si o apoio das forças armadas, da Igreja, das elites econômicas e do grosso da classe média, além de seduzir o operariado e as classes populares. Ele contou também com a incapacidade do movimento em estabelecer uma estratégia de resposta adequada e com as hesitações de Plínio, frente ao instinto político aguçado de Getúlio Vargas.

Na verdade, a meu ver, a questão central que levou todas estas forças, apesar de simpáticas ao integralismo, a apoiarem, na hora da decisão, o governo Vargas, tem a ver tanto com motivos particulares de cada uma, como por motivações práticas, pois Vargas já controlava o Estado, enquanto o integralismo tinha apenas a pretensão de fazê-lo. Mas, mais importante que tudo, provavelmente, foi a questão da própria concepção da política e do Estado.

Vargas, com seus ideais de reforço do poder do Estado e voltados à modernização do Brasil com manutenção da ordem, era muito mais um autoritário do que outra coisa. Para ele e para as forças que o apoiavam, conforme já exaustivamente demonstrado pela historiografia, o fundamental era conquistar as elites e controlar o Estado para gerir as mudanças que eles consideravam necessárias

19. MALATIAN, Teresa: *Os Cruzados do Império*. São Paulo: Editora Contexto; Brasília: CNPq, 1990, e *Império e Missão - Um novo monarquismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2002.

para o país, mas sem que fossem rompidas a ordem e a hierarquia tradicionais. A população, nesse contexto, devia ser até estimulada a aderir ao projeto, mas sempre sob controle.

Talvez, como sugerido por Adalberto Paranhos²⁰, houvesse uma perspectiva mobilizadora, como potencial de reserva, a ser utilizada em momentos de crise, como 1942/1943 e que depois reapareceu na era do trabalhismo. Não obstante, era um potencial que nunca foi explorado na sua totalidade e não espanta como Vargas tenha recusado todos os pedidos de intelectuais como Francisco Campos para dotar o Estado Novo de uma base doutrinária mais precisa e de um partido e organizações capazes de mobilizar a massa, em senso fascista, em defesa do Estado²¹. A própria leitura dos intelectuais estadonovistas do fascismo italiano enfatizava mais, segundo Oliveira²², mais a ordem e a hierarquia do que a mobilização popular.

A perspectiva de Salgado e do integralismo, nesse sentido, era diversa. Como bem indicado por Ricardo Benzaquem de Araújo, em obra seminal de 1987²³, a perspectiva dele era diferente, de mobilização da sociedade para mudá-la. Se isso pode ou não ser chamado de totalitarismo, é questão em aberto, mas esta perspectiva mobilizadora está presente tanto em Salgado, como em outros líderes e forma um contraste nítido com a perspectiva desmobilizadora do Estado Novo.

Para as elites dirigentes brasileiras, a perspectiva de Vargas era a mais adequada e não espanta que tenha sido a proposta integralista a derrotada. O mesmo, aliás, aconteceu em Portugal, o que indica que as reflexões de Giovanni Sartori²⁴ sobre a relação entre o nível de incorporação das massas na sociedade liberal e a formatação de partidos únicos mobilizadores ou desmobilizadores na ditadura que a sucede têm algum valor. De qualquer modo, ficam claros os limites para o crescimento da direita radical brasileira, e especialmente da sua versão fascista, no período do entre-guerras.

4. O PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR E A BUSCA PELO PODER, 1946-1965²⁵

Entre 1938 e 1946, os remanescentes do integralismo se dividiram na sua relação com o *Estado Novo* varguista. Alguns foram cooptados pelo regime e se

20. PARANHOS, Adalberto: *O Roubo da Fala - Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 115.

21. SCHWARTZ, Simon: *ibidem*, 1984, pp. 123-140.

22. «Introdução». In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi *et al.*: *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, pp. 14-30.

23. ARAUJO, Ricardo Benzaquem de: *Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

24. Ver PINTO, Antônio Costa: *Os Camisas Azuis - Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 219.

25. Para mais detalhes sobre o período, ver o meu artigo «Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985)», *Diálogos - Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*, 13, 1, 2009, pp. 63-82.

tornaram fiéis funcionários do mesmo. Outros integralistas optaram pela neutralidade e silêncio, à espera de melhores dias, enquanto outros procuravam se reunir clandestinamente e manter vivos alguns dos ideais do movimento. De qualquer modo, as possibilidades de maior influência política eram, nesse período, praticamente nulas.

Com a redemocratização, o retorno de Plínio Salgado ao Brasil e a fundação do *Partido de Representação Popular*, novas possibilidades pareciam abrir-se para o integralismo, ou para o novo integralismo. Proclamar a violência ou o golpe de Estado para atingir o poder não eram mais aceitáveis naquele momento, mas a luta eleitoral parecia um caminho viável e que poderia ser percorrido²⁶.

Num primeiro momento, ao final dos anos 40, o grande problema dos integralistas era a sua reorganização e a sua aceitação pelo *establishment* político. Não era realmente um problema de fácil solução. O integralismo era desprezado, ao menos publicamente, por todas as forças do espectro político e, para piorar, muitos dos velhos integralistas, como Miguel Reale e Gustavo Barroso, optaram por permanecer de fora, o que enfraquecia o novo partido.

O nascente PRP respondeu negando as acusações de espionagem e as ligações com Hitler ou Mussolini. Um especial cuidado foi tomado com a questão da democracia, a ser vista logo a seguir, e com a do fascismo, com os novos integralistas ressaltando que o integralismo não era e nem nunca havia sido fascista. Também Salgado e outros autores produziram um grande número de documentos para ressaltar esse ponto e velhos livros e textos foram, quando necessário, esquecidos ou adulterados para ressaltar os novos cânones.

De qualquer modo, apesar de resistência generalizada, o novo partido acabou por ser aceito dentro do novo sistema político montado em 1945. Seu registro foi aceito pelo Estado em 9/10/1945 e sua segunda convenção, em 26/10/1946, marcou o retorno de Salgado e sua eleição para presidente do partido. Nesta, reafirmaram-se os novos princípios ideológicos do partido, revelando plena inserção no sistema político e depuração do que não seria mais aceitável do velho integralismo. Ele continuava, contudo, a defender idéias caras aos integralistas, como o municipalismo, o nacionalismo, o espiritualismo e um anticomunismo quase fanático.

O PRP era adaptado à democracia, até para poder funcionar. Mas como negar sua velha crítica ao sistema liberal? Para tanto, eles criaram a concepção de «conceito cristão de democracia». Seguindo este conceito, os valores cristãos defendidos pelo partido seriam a chave da verdadeira democracia, enquanto a democracia formal pouco valeria, já que materialista. O partido lutaria pela verdadeira democracia, ao mesmo tempo em que concentraria todas as suas forças nos verdadeiros inimigos desta, ou seja, os comunistas.

26. Para os parágrafos a seguir, a não ser que exista menção em contrário, baseei-me fortemente no trabalho do historiador Gilberto CALIL. Ver, entre outros, *O integralismo no pós-guerra - a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001, e *O integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. Tese de Doutorado (História). Universidade Federal Fluminense, 2005.

Criava-se, assim, um interessante jogo de palavras, o qual permitia que eles continuassem atacando o sistema democrático mesmo, a princípio, o defendendo. Uma idéia próxima do conceito de «democracia defensiva» utilizado, por exemplo, pela conservadora *União Democrática Nacional* e que indica como o partido estava, também neste ponto, se adaptando aos novos tempos.

Essa transformação da AIB em PRP foi muito estudada pela historiografia brasileira dos últimos anos, mas algumas questões de fundo, analíticas, continuam em aberto. Após as suas alterações doutrinárias, ele poderia ser chamado de «pós-fascista» ou «neofascista», tendo se afastado do modelo do fascismo clássico da antiga AIB, mas ainda dentro da perspectiva teórica fascista? Ou teria se distanciado tanto que poderia ser classificado não mais como um partido fascista ou próximo a ele, mas simplesmente de conservador ou de direita, ainda que radical? Uma questão em aberto.

De qualquer modo, o PRP era, ao lado de minúsculos grupos anticomunistas ou ultra-conservadores abrigados nas forças armadas ou na Igreja, o mais importante grupo da direita radical (quer o consideremos neo-fascista ou não) nos anos 40 e 50 brasileiros. Muitos partidos e grupos eram conservadores e de direita, mas no universo da direita radical, o PRP ainda era o mais importante.

Essa transformação, apesar de permitir uma sobrevida aos ex-integralistas e fazer do PRP a mais importante força da direita radical brasileira nos anos 50 e 60, também trouxe problemas para eles. Era difícil, para os seguidores de Salgado, negarem que, apesar de tudo, estavam agora adaptados ao sistema liberal-parlamentar que haviam tanto atacado poucos anos antes. Essa contradição, aliás, muito provavelmente, ajudou, entre outros fatores, a diminuir o apelo do partido dentro do cenário político pós-1945 e sua credibilidade entre os velhos integralistas.

Efetivamente, entre 1945 e 1965 (quando o partido foi dissolvido, com todos os outros, pelo regime militar), o PRP foi um ator constante na política brasileira, mas seus resultados eleitorais nunca foram especialmente consistentes. Era extremamente fraco no norte e nordeste, com alguma representatividade no sudeste. Suas bases mais fortes estavam nos Estados do sul e no Espírito Santo, nas antigas áreas de colonização italiana e alemã, nos agricultores do minifúndio e em parte das classes médias urbanas.

Em alguns Estados, como o Rio Grande do sul, o partido tinha votos suficientes para exercer alguma influência na formação dos governos estaduais, mas sempre em posição subordinada. Em São Paulo, também participou de algumas coalizões e garantiu cargos e empregos a alguns de seus líderes. No governo federal, participou do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e negociou apoio parlamentar a vários outros. Uma força política que deu sobrevida a Salgado e que representou um sucesso não reproduzido por outros líderes fascistas «reciclados», como Oswald Mosley na Inglaterra ou Adrien Arcand no Canadá. Não obstante, uma força bem longe do mínimo necessário para alimentar os sonhos de poder de sua liderança.

Dessa forma, o PRP continuava, no final dos anos 50 e início dos 60, como uma organização pequena e de pouca representatividade. A única chance de

poder dos remanescentes do integralismo era um golpe em reunião com outras forças políticas da direita e este veio em 31/3/1964.

5. A DIREITA RADICAL E O REGIME DE 1964²⁷

Com a polarização política brasileira no início da década de 1960, Salgado e seus seguidores identificaram uma nova «janela de oportunidades» para atingir o poder. Não mais pela via democrática, a qual havia se revelado além do alcance dos limitados recursos do partido e da sua relativamente pequena popularidade, mas pela participação em um novo golpe de Estado.

Os perrepistas tiveram efetivamente um papel de destaque na formatação do golpe de 31/3/1964. Os deputados do PRP fizeram inúmeros discursos na Câmara dos Deputados contra o presidente João Goulart e membros do Partido colaboraram, em palestras e atos públicos por todo o país, na criação de uma atmosfera favorável ao golpe. Várias das «Marcha da Família por Deus e pela Pátria» conservadoras tiveram participação do PRP e Plínio Salgado foi especialmente atuante na de São Paulo. O famoso sistema IPES/IBAD, por isto mesmo, financiou boa parte destas atividades nestes anos iniciais da década de 1960.

Plínio também colaborou, em boa medida aproveitando-se da sua rede de contatos da época integralista, na organização do golpe em si. Afinal, vários dos conspiradores haviam sido integralistas e tinham respeito pela figura de Salgado, o que ajudou no agendamento de encontros e na superação de problemas. Depois da vitória do movimento golpista, Plínio tentou assumir todos os méritos pelo ocorrido e afirmou que toda a movimentação havia acontecido sob sua coordenação e que 1964 era uma vitória do integralismo.

Esta versão é certamente exagerada. Claro que houve integralistas em posição de comando no golpe, mas, em geral, eles não se articularam enquanto herdeiros do movimento e muito menos obedecendo a ordens de Salgado. Ou seja, os remanescentes do integralismo — filiados ou não ao PRP — tiveram participação importante no movimento e colaboraram para o seu sucesso. Mas não se pode exagerar a mesma²⁸.

Do mesmo modo, é preciso ter cuidado com a superestimação da influência integralista no regime militar. Aparentemente, ela foi imensa. Afinal, os ex-integralistas receberam, do regime, acesso a posições de poder em quantidade e importância superiores às que o PRP havia atingido.

27. Para mais detalhes, ver meu artigo «Plínio Salgado, os integralistas e o regime militar. Os herdeiros do fascismo no regime dos generais (1964-1975)», *História e Perspectivas*, 23, 44, 2011, pp. 427-449.

28. Ver análises ponderadas neste sentido em CALL, Gilberto: «Os integralistas e o golpe de 1964», *História e Luta de Classes*, 1, 2005, pp. 55-76, TRINDADE, Héliqio: «O radicalismo militar em 1964 e a nova tentação fascista». In: SOARES, Gláucio Ary Dillon e D'ARAUJO, Maria Celina: *21 anos de regime militar. Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, pp. 123-141.

Plínio gostava de ressaltar essa relevância integralista. Em entrevistas e documentos, ele afirmava regularmente que os integralistas estavam chegando ao poder. Ele dizia que o movimento tinha centenas de milhares de adeptos e que estes estariam todos prontos a receber suas ordens. Também mencionava com regularidade como centenas de oficiais superiores, deputados e altos membros do poder Executivo eram integralistas e o obedeciam.

Como bem indicado por Héglio Trindade²⁹, estes cálculos podem não ser absurdos e, portanto, é verdade que muitos membros do governo eram ex-integralistas e que a AIB forneceu quadros políticos, socializados pelo partido em seus ideais, ao regime. Do mesmo modo, é fato que alguns deles estavam satisfeitos com os ideais da ditadura, como o anticomunismo, no qual viam alguns pontos comuns com a antiga AIB. Não obstante, a grande maioria dos ex-militantes da AIB ou do PRP já tinha se desgarrado ou rompido com o integralismo, estava desarticulada e, com certeza, poucos obedeciam ao comando de Plínio. Assim, ao contrário daquilo que este dizia, os remanescentes do integralismo não comandavam e nem influenciavam de forma decidida o regime, nem abertamente, nem nas sombras.

Realmente, o projeto da ditadura militar tinha muito pouco a ver com os ideais de 1932 ou mesmo de 1945 da AIB ou do PRP, com a exceção de pontos de contato eventuais. O viés dessa era, ainda que existissem várias correntes no seu interior, o autoritarismo modernizante, com especial aversão a qualquer idéia de mobilização popular ou de criação de um partido de massa³⁰. Não espanta que os apelos de Salgado por uma definição ideológica do regime tenham caído no vazio e que os ex-militantes integralistas trabalhassem com e para os generais sem manter obrigatoriamente uma identidade integralista ou uma fidelidade a Salgado.

Dessa forma, a presença dos herdeiros do fascismo no regime militar brasileiro não chegou a ser marcante. Em setores das forças de repressão ou nas envolvidas diretamente com a tortura, referências ao nazismo ou a simbologia fascista não foram incomuns, assim como a presença de simpatizantes desse no papel de torturadores.

O regime, além disso, apoiou indiretamente organismos de extrema-direita (ainda que não fascistas, mas reacionários ou conservadores) como a TFP (*Tradição, Família e Propriedade*) e o CCC (*Comando de Caça aos Comunistas*), e deu, como visto, algum espaço aos ex-integralistas. Mas foram atividades isoladas, que não significam que possamos considerar o regime como dominado por estes grupos.

Em resumo, a ditadura militar instalada no Brasil entre 1964 e 1985 pode ter sido muita coisa, mas não foi fascista. Isso não significa, contudo, que a

29. TRINDADE, Héglio: *ibidem*, 1994, p. 135. Para as informações a seguir, também me foi muito útil CALLI, Gilberto: «O integralismo e o poder: entre a insurreição e a constitucionalização». In: FÉLIX, Loiba Othero: *Rio Grande do Sul: 200 Anos*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2002.

30. LINZ, Juan: «Regimes autoritários». In: PINHEIRO, Paulo Sérgio: *O Estado Autoritário e os movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 149.

extrema-direita fascista (ou herdeira do fascismo) não tenha tido nenhuma influência na formatação desse regime. Como visto, ela colaborou para o golpe que levou os generais ao poder e suas idéias, perspectivas e homens circularam para dentro do regime. Mas esse grupo nunca conseguiu implantar seu projeto, e a ditadura, apesar de claramente de direita e autoritária, não era fascista e nem dominado pelos ideais do fascismo ou da direita radical.

6. A DIREITA RADICAL E O FASCISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Desde a morte de Plínio Salgado, em 1975, vários grupos políticos tem procurado manter os ideais do integralismo, como a *Ação Integralista Brasileira* (AIB), de Anésio Lara; a *Frente Integralista Brasileira* (FIB), o *Movimento Integralista e Linearista Brasileiro* (MIL-B) e a *Ação Integralista Revolucionária* (AIR), além de centros culturais e de militantes individuais³¹.

Também surgiram e seguem atuando no Brasil grupos mais próximos da ideologia nazista, de herdeiros do regime militar e outros ligados ao conservadorismo católico. Os últimos anos também viram o nascimento, no Brasil, de grupos e movimentos conservadores neoliberais e tradicionalistas (que poderiam ou não ser incluídos dentro da rubrica da direita radical) que, principalmente via Internet, procuram combater as políticas de esquerda, de forma paralela à ação no parlamento e nos partidos tradicionais da direita.

Os neo-integralistas e outros grupos de extrema-direita não são, hoje, um grande perigo à democracia brasileira, dado o seu número limitado de membros e sua repercussão quase zero longe das redes sociais, mas a sua simples existência indica a permanência dos ideais fascistas e da direita radical no Brasil e sua continuidade com os períodos anteriores.

Como aconteceu no decorrer de toda a sua história, a direita radical brasileira continua a ser uma força muito heterogênea, unida por sua aversão ao «esquerdismo» e na sua fome de poder, mas incapaz de formular uma proposta unificada para o Brasil do século XXI e com poucas perspectivas de influenciar até mesmo os partidos tradicionais da direita nacional.

Um exemplo dessa heterogeneidade são as relações desses grupos com os militares da reserva herdeiros dos ideais do regime de 1964 ou com os ativistas monárquicos. Há algum grau de convivência e simpatia mútua, mas também discordâncias, numa relação que não está perfeitamente clara. O mesmo pode ser dito da TFP, que segue existindo. Há indícios de que vários dos atuais militantes do integralismo são simpatizantes ou mesmo membros dessa associação

31. Para uma visão geral do novo integralismo, ver CARNEIRO, Márcia Regina: *Do Sigma ao Sigma - entre a Anta, a Águia, o Leão e o Galo - a construção de memórias integralistas*. Tese de Doutorado (História). Universidade Federal Fluminense, 2007, e CALDEIRA NETO, Odilon: *Integralismo, neointegralismo e antissemitismo: entre a relativização e o esquecimento*. Dissertação de Mestrado (História). Universidade Estadual de Maringá, 2011.

ultra-reacionária católica. Não obstante, na internet se encontram debates, muitas vezes tensos, entre adeptos dos dois grupos.

Outro ponto de tensão e que tem total coerência com a época do fascismo clássico é a problemática racial e nacionalista. Em vários grupos *skinheads* brasileiros de hoje, o foco é a defesa da raça branca e da sua supremacia no mundo, o que leva a ideais separatistas do centro-sul brasileiro, majoritariamente branco, do resto do país. De forma lógica, estes grupos mantêm vínculos internacionais com outros supremacistas brancos, na Europa ou na América do Norte, a espera da grande guerra racial que se avizinha. Já outros grupos, mais nacionalistas, se baseiam muitas vezes na doutrina integralista para defender um Brasil nacionalista, sem separatismos ou segregação racial, aceitando até mesmo negros ou pardos nas suas fileiras.

É fácil imaginar que militantes desses dois grupos possam se unir para atos de violência contra *punks*, homossexuais ou outros inimigos comuns. Mas a tensão de base, entre duas concepções diversas de mundo, está presente e é uma reelaboração da mesma tensão entre várias concepções de fascismo (matriz italiana/matriz alemã) e entre solidariedade ideológica e competição nacionalista que houve na era do fascismo clássico.

A relação dos grupos políticos que seguem a doutrina integralista ou da direita radical com os partidos nacionais também é um bom indicador dos limites desses grupos hoje. É conhecido como os «neos» apoiaram a Arena (partido do governo) durante o regime militar, o PDS logo depois e Ronaldo Caiado e Fernando Collor nas eleições de 1989. Nas seguintes, suas esperanças se concentraram no PRONA de Enéas e, nas de 2010, eles optaram, como mal menor, por José Serra, já que o Partido dos Trabalhadores (PT) representa o inimigo central.

A direita radical, portanto, não é importante no Brasil atual, Grupos isolados continuam a pregar o integralismo, o nazismo ou outras ideologias semelhantes na internet e pequenos, mas violentos, grupos de *skinheads* cometem agressões e até assassinatos em São Paulo, Curitiba ou Porto Alegre. Mas não vão além disso, o que pode indicar a força da democracia brasileira contemporânea ou a fraqueza intrínseca desses grupos.

7. CONCLUSÕES

A presença de grupos e pessoas imbuídas dos ideais da direita radical no Brasil é algo mais do que natural quando nos recordamos de que o Estado e a Nação brasileiras são parte do mundo ocidental. Mesmo com as inevitáveis (e significativas) adaptações derivadas da sua geografia, da distância da Europa e, acima de tudo, da sua posição colonial ou subordinada frente ao centro do sistema capitalista, o Estado e a sociedade brasileiras foram montados seguindo os parâmetros europeus e não espanta como as idéias européias tenham feito sentido e se difundido no Brasil.

Além disso, a forte presença da Igreja Católica e os vínculos culturais e linguísticos, especialmente com a Península Ibérica, a Itália e a França, também

facilitavam essa difusão, o que tornava a mensagem da direita radical europeia, desde o século XIX, mais permeável no Brasil (e no continente) do que, digamos, na África ou na China.

Desde o século XIX, além disso, grandes coletividades de imigrantes alemães, italianos, portugueses, espanhóis e outros estavam presentes no território brasileiro e, ao menos no período entre-guerras, elas estavam ligadas aos regimes fascistas ou conservadores dos seus países de origem. Apesar de isto não significar que todas essas coletividades estivessem dominadas pela ideologia fascista, elas permitiam uma difusão especial da experiência fascista europeia no país nos anos 30 e 40.

Isso não significa dizer que os monarquistas de final do século XIX, as ligas brasileiras dos anos 10 do século XX, os integralistas no entre-guerras ou os adeptos do PRP e do CCC fossem meras cópias miméticas de originais europeus. Questões próprias da sociedade brasileira também faziam alguns desses ideais e projetos mais defensáveis e aceitáveis no Brasil do que em outras partes do mundo ocidental. Não espanta, aliás, que o momento de maior proximidade ao poder por parte da direita radical brasileira foi a década de 30, quando o fascismo parecia a «onda do futuro» em todo o Ocidente e quando a crise da adaptação ao mundo moderno atingiu o país com especial força, de forma semelhante, provavelmente, ao acontecido em Portugal, na Espanha e em outros países latino-americanos.

Explicar como e por que os fascistas, seus herdeiros e a extrema-direita em geral tiveram tão pouco sucesso dentro da história do país é uma tarefa bem mais complicada. É fato que eles não conseguiram grande relevância na sociedade e no Estado, a não ser de forma isolada e em alguns momentos. Na maior parte do tempo, foi a direita tradicional (liberal ou autoritária, populista ou oligárquica) que teve as rédeas do poder no Brasil e os adeptos da direita radical não conseguiram mais do que alguma influência indireta ou nacos isolados do poder.

Hélgio Trindade, Lamounier e outros estudiosos do pensamento político brasileiro, citados, identificaram, há muito, uma característica central do sistema político implantado após a Proclamação da República, em 1889: a lógica liberal associada à práxis democrática. Seja no domínio oligárquico disfarçado de liberalismo durante a República Velha, seja no autoritarismo da Era Vargas ou na «democracia relativa» implantada pelo regime militar, a cultura política das elites brasileiras sempre desconfiou de mobilizações populares ou radicalismos que fossem perigosos para a ordem constituída.

Nesse sentido, a manutenção do *statu quo*, pela força se necessário, é a prioridade absoluta e as elites brasileiras sempre desconfiaram de mudanças que poderiam sinalizar uma perda de controle da sociedade e do Estado por parte delas. O fato de a cultura política brasileira sempre ter sido, em essência, conservadora, autoritária e pouco democrática, sempre pronta a resolver pela força os problemas e desafios sociais e políticos, pode ter bloqueado o caminho da direita radical, em suas várias encarnações.

Em outras palavras, o fato de o Brasil ser um país dominado, na maior parte da sua história, pela direita tradicional, em suas mais variadas formas, pode ter

dificultado, e não facilitado, a existência da direita radical no país. O fato de a direita brasileira sempre ter conseguido dar as cartas no país, ao menos até a re-democratização em 1985, pode ser, assim, a razão central da força relativamente pequena da sua ala radical. Paradoxalmente, numa sociedade conservadora e quase sempre dominada pelos ideais da direita, esse domínio pode tê-la vacinado, ao menos, contra as tentações do extremismo radical da própria direita.